



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício n.º 047/2021-CGJ

Belém, datado pelo sistema.

Processo n.º 0001506-86.2021.2.00.0814

A (o) Senhor (a)  
Oficial (a) do Cartório de Registro de Imóveis de

Senhor (a) Oficial (a),

Cumprimentando-o (a), encaminho a Vossa Senhoria cópia do processo PJeCor n.º 0001506-86.2021.2.00.0814, para conhecimento integral do expediente e cumprimento do Provimento n.º 115/2021-CNJ, nos termos definidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**  
Corregedora-Geral de Justiça



Número: **0001506-86.2021.2.00.0814**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Corregedoria Geral de Justiça do PA - Interior**

Órgão julgador: **Corregedoria Geral de Justiça do Pará - Interior**

Última distribuição : **01/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Competência do Órgão Fiscalizador**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
<b>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (REQUERENTE)</b>	
<b>Corregedoria Geral de Justiça do Pará - TJPA (REQUERIDO)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
355058	01/04/2021 15:05	<a href="#">INFORMAÇÃO</a>	INFORMAÇÃO
355059	01/04/2021 15:05	<a href="#">e-mail</a>	Documento de Comprovação
355060	01/04/2021 15:05	<a href="#">Provimento 115</a>	Documento de Comprovação
361564	13/04/2021 19:31	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
406241	26/04/2021 09:18	<a href="#">Documento Diverso</a>	Documento Diverso
406242	26/04/2021 09:18	<a href="#">Of. Circular nº 047-2021-CGJ</a>	Documento Diverso

(e-mail)

Prezados(as) Senhores(as) Chefes de Gabinete das Corregedorias Gerais de Justiça,

De ordem da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, comunicamos a edição do Provimento n. 115, de 24/03/2021, que institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

Conforme estabelecido na normativa, a primeira cota do Fundo será devida no último dia útil do mês de abril de 2021, e tomará por base os emolumentos percebidos no período de 1º a 31 de março de 2021, prosseguindo-se os recolhimentos seguintes em consonância com o § 2º do art. 6º do Provimento.

As orientações sobre o recolhimento serão informadas oportunamente às serventias pelo Operador Nacional do Serviço Eletrônico de Imóveis (ONR).

Solicitamos a gentileza de divulgar a norma junto às serventias dos serviços de registro de imóveis, inclusive as que acumulam essa especialidade.

O Provimento pode ser consultado no link <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3823>



## Provimento n. 115/2021 - Receita do fundo para implementação e custeio do SREI

Corregedoria Nacional de Justiça <corregedoria@cnj.jus.br>

Qua, 31/03/2021 11:48

**Para:** coger@tjac.jus.br <coger@tjac.jus.br>; chefia\_cgj@tjal.jus.br <chefia\_cgj@tjal.jus.br>; chefia\_cgj@tjal.jus.br <chefia\_cgj@tjal.jus.br>; ftos@tjal.jus.br <ftos@tjal.jus.br>; fabiobittencourt@tjal.jus.br <fabiobittencourt@tjal.jus.br>; corregedoria@tjap.jus.br <corregedoria@tjap.jus.br>; des.agostino@tjap.jus.br <des.agostino@tjap.jus.br>; Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura <corregedoria@tjam.jus.br>; corregedoriageral@tjba.jus.br <corregedoriageral@tjba.jus.br>; corregedoriainterior@tjba.jus.br <corregedoriainterior@tjba.jus.br>; corregedoria@tjce.jus.br <corregedoria@tjce.jus.br>; corregedoriadf@tjdf.jus.br <corregedoriadf@tjdf.jus.br>; corregedor@tjes.jus.br <corregedor@tjes.jus.br>; gabinete@tjes.jus.br <gabinete@tjes.jus.br>; corregsec@tjgo.jus.br <corregsec@tjgo.jus.br>; chefgab\_cgj@tjma.jus.br <chefgab\_cgj@tjma.jus.br>; Corregedoria-Geral de Justiça do TJMA <gabcorreg\_cgj@tjma.jus.br>; corregedoria@tjmt.jus.br <corregedoria@tjmt.jus.br>; manoeli.tenuta@tjmt.jus.br <manoeli.tenuta@tjmt.jus.br>; corregedoria@tjms.jus.br <corregedoria@tjms.jus.br>

Prezados(as) Senhores(as) Chefes de Gabinete das Corregedorias Gerais de Justiça,

De ordem da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, comunicamos a edição do Provimento n. 115, de 24/03/2021, que institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

Conforme estabelecido na normativa, a primeira cota do Fundo será devida no último dia útil do mês de abril de 2021, e tomará por base os emolumentos percebidos no período de 1º a 31 de março de 2021, prosseguindo-se os recolhimentos seguintes em consonância com o § 2º do art. 6º do Provimento.

As orientações sobre o recolhimento serão informadas oportunamente às serventias pelo Operador Nacional do Serviço Eletrônico de Imóveis (ONR).

Solicitamos a gentileza de divulgar a norma junto às serventias dos serviços de registro de imóveis, inclusive as que acumulam essa especialidade.

O Provimento pode ser consultado no link <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3823>.

Atenciosamente,



**Alessandra Cristina de Jesus Teixeira**

Assessora-Chefe do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça

Conselho Nacional de Justiça

SAF Sul Quadra 02 Lotes 5/6 Ed. Premium Bloco E Sala 402

(: +55 61 2326-4687





Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça***PROVIMENTO N. 115 DE 24 DE MARÇO DE 2021**

Institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 76, § 4º, da Lei n. 13.465/2017, que impõe à Corregedoria Nacional de Justiça a função de agente regulador do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR;

**CONSIDERANDO** o art. 23 da Lei n. 14.118/2021, que acrescentou o § 9º ao art. 76 da Lei 13.465/2017, criando o fundo para a implementação e o custeio do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, a ser gerido pelo ONR e subvencionado pelas serventias do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal;

**CONSIDERANDO** que o parágrafo § 10 do art. 76 da Lei 13.465/2017, acrescentado pelo art. 23 da Lei 14.118/2021, estabelece ao Agente Regulador do ONR as atribuições de disciplinar a instituição da receita do fundo para a implementação e o custeio do SREI, estabelecer as cotas de participação das serventias de registro de imóveis do país, e fiscalizar o recolhimento dos recursos, sem prejuízo da fiscalização ordinária prevista nos estatutos do ONR;

**CONSIDERANDO** que o § 2º do art. 5º da Emenda Constitucional n. 45/2004, dispõe que, até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor;

**CONSIDERANDO** que, em cumprimento desse citado mandamento constitucional, o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça estabelece que compete ao Corregedor Nacional de Justiça, entre outras competências, expedir provimentos, instruções, orientações e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos serviços auxiliares do Poder Judiciário e dos serviços notariais e de registro (art. 8º, X);

**CONSIDERANDO**, finalmente, o que consta do Processo SEONR/SEI n. 10219/2020, especialmente o parecer do Conselho Consultivo e a proposta da Câmara de Regulação, os quais, nos termos do Provimento CN n. 109/2020, são órgãos Agente Regulador do ONR;

**CONSIDERANDO** as Metas 11.1 e 16.6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, das Nações Unidas e o disposto no art. 2º do Provimento CN 85/2019, do Conselho Nacional de Justiça,

**RESOLVE:**

## **Capítulo I Da Disposição Geral**

Art. 1º A composição e o recolhimento da receita do Fundo para Implementação e Custeio do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis – FIC/SREI, ficam estabelecidos por este Provimento.

Art. 2º O FIC/SREI será gerido pelo Operador Nacional do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR e subvencionado pelas serventias do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal.

## **Capítulo II Da Receita**

Art. 3º Constitui-se receita do FIC/SREI a cota de participação das serventias do serviço de registro de imóveis dos Estados e do Distrito Federal que integram o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis e são vinculadas ao ONR.

§ 1º A cota de participação é devida, mensalmente, por todas as serventias do serviço público de registro de imóveis, sob o regime de delegação ou oficializadas, providas ou vagas, instaladas e em funcionamento nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2º A cota de participação corresponde a 0,8% (oito décimos por cento) dos emolumentos brutos percebidos pelos atos praticados no serviço do registro de imóveis da respectiva serventia.

§ 3º Na hipótese de a serventia acumular mais de uma especialidade, a cota de participação do FIC/SREI é devida apenas sobre os atos do serviço de registro de imóveis, excluídos os demais atos praticados na respectiva serventia que sejam relacionados com as competências das outras especialidades.

§ 4º Na apuração do valor da cota de participação do FIC/SREI, deverão ser tomados por base exclusivamente os emolumentos brutos destinados ao Oficial de Registro, desconsiderando-se outras parcelas, de qualquer natureza, mesmo que cobradas por dentro, nas respectivas tabelas de emolumentos da unidade federativa.

§ 5º Não devem ser consideradas na apuração dos emolumentos brutos as parcelas incluídas na tabela de emolumentos destinadas obrigatoriamente a repasses previstos em lei e não destinadas ao Oficial de Registro.

## **Capítulo III Da Escrituração**

Art. 4º O valor mensal recolhido ao FIC/SREI será apurado em separado, contendo a respectiva memória de cálculo em que necessariamente devem ser identificados:

I – os valores correspondentes a todos os atos praticados no serviço de registro de imóveis; e

II – o valor correspondente à parte dos emolumentos brutos reservada ao Oficial de Registro, na forma estabelecida nos §§ 4º e 5º do art. 3º deste Provimento.

§ 1º O valor da cota de participação deve ser destacado no relatório detalhado de apuração do respectivo mês de referência.

§ 2º O relatório detalhado da apuração deve ser mantido, preferencialmente em meio eletrônico, por 5 (cinco) anos, para fins de fiscalização.

Art. 5º O valor apurado e recolhido ao FIC/SREI será lançado como despesa obrigatória, tal como está prevista em lei, no Livro Diário Auxiliar da Receita e Despesa de que trata o Provimento n.



45/2015, da Corregedoria Nacional de Justiça.

#### **Capítulo IV Do Recolhimento**

Art. 6º O ONR implantará sistema informatizado para o gerenciamento do recolhimento das cotas de participação das serventias do serviço de registro de imóveis a ele vinculadas.

§ 1º O recolhimento ocorrerá obrigatoriamente por meio do Sistema Financeiro Nacional, em conta própria do ONR mantida para essa finalidade.

§ 2º O recolhimento da cota de participação será efetuado até o último dia útil de cada mês, sendo o valor apurado com base nos emolumentos percebidos no mês imediatamente anterior.

#### **Capítulo V Da Fiscalização**

Art. 7º O ONR informará à Corregedoria Nacional de Justiça, até o último dia do mês subsequente ao do recolhimento, a listagem, organizada por unidade da federação, das serventias que não efetuaram o recolhimento no mês de referência imediatamente anterior.

Parágrafo único. A Corregedoria Nacional de Justiça oficiará às respectivas corregedorias vinculadas aos Tribunais de Justiça para que sejam adotadas providências junto às serventias que não tenham cumprido a obrigação de recolher a cota de participação devida ao FIC/SREI.

Art. 8º A fiscalização do recolhimento da cota de participação do FIC/SREI caberá à Corregedoria Nacional de Justiça, às Corregedorias da Justiça dos Estados e do Distrito Federal e aos Juízos que detenham competência correccional junto aos serviços de registro de imóveis de sua jurisdição.

§ 1º O recolhimento da cota de participação do FIC/SREI será, necessariamente, objeto de fiscalização ordinária por ocasião de visitas correccionais, inspeções ou correições realizadas por órgãos competentes do Poder Judiciário nas serventias de serviços de registro de imóveis.

§ 2º Nas atas lavradas durante as atividades de fiscalização, deverão constar os seguintes registros:

I – a verificação da regularidade dos recolhimentos da cota de participação, mediante anotações sobre a análise dos relatórios mensais de apuração do valor devido, da escrituração da despesa no Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, bem como dos comprovantes de recolhimento; e

II – a ocorrência de eventuais irregularidades, especificando-as e indicando as medidas saneadoras que forem determinadas e/ou, se for o caso, a infração cometida.

#### **Capítulo VI Das Infrações**

Art. 9º O não recolhimento da cota participação do FIC/SREI pelos titulares de delegação do serviço de registro de imóveis, ou das serventias oficializadas, configura, em tese, a infração disciplinar prevista no art. 31, I, da Lei n. 8.935/1994.

Art. 10. A falta de apuração em separado do valor devido ao FIC/SREI pelos titulares de delegação do serviço de registro de imóveis, ou pelas serventias oficializadas, configura, em tese, a infração disciplinar prevista no art. 31, V, combinado com o art. 30, XIV, da Lei 8.935/1994.

Art. 11. Será substituído o interino que praticar qualquer das infrações a que se referem os art. 9º e 10 deste Provimento, caso seja constatada a quebra de confiança apurada com a observância do

[www.cnj.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=1144143&infra\\_sistema=...](http://www.cnj.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1144143&infra_sistema=...) 3/4



devido processo legal, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal, quando for o caso.

## **Capítulo VII** **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 12. Ficam revogados os §§ 2º, 3º e 4º do art. 13 e os §§ 1º e 2º do art. 19 do Provimento CN n. 109/2020.

Art. 13. A primeira cota de participação do FIC/SREI será devida no último dia útil do mês de abril de 2021, e tomará por base os emolumentos percebidos no período de 1º a 31 de março de 2021, prosseguindo-se os recolhimentos seguintes em consonância com o § 2º do art. 6º deste Provimento.

Art. 14. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**



Documento assinado eletronicamente por **MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA, MINISTRA CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA**, em 24/03/2021, às 19:32, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1058893** e o código CRC **7E7173F0**.



PJECOR Nº 0001506-86.2021.2.00.0814

REQUERENTE: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

ENVOLVIDOS: SERVIÇOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO BRASIL

DECISÃO / OFÍCIO CIRCULAR Nº /2021- /CGJ

Trata-se de encaminhamento de e-mail oriundo da Corregedoria Nacional de Justiça, dando conhecimento da edição do Provimento nº 115/2021-CNJ, que institui a receita do fundo para implementação e custeio do SREI, estabelece a forma do seu recolhimento pelas serventias do serviço de registro de imóveis, e dá outras providências.

Ressalta que a primeira cota do Fundo será devida no **último dia útil do mês de abril de 2021**, e tomará por base os emolumentos percebidos no período de 1º a 31 de março de 2021, prosseguindo-se os recolhimentos seguintes em consonância com o § 2º do art. 6º do Provimento.

Éo relatório.

**Decido.**

Ciente do Provimento editado, **DETERMINO** expedição de ofício circular às serventias extrajudiciais de registro de imóveis do Estado do Pará, para conhecimento integral do expediente e cumprimento do Provimento nº 115/2021-CNJ, nos termos definidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Por fim, dê-se ciência ao CNJ das providências adotadas por esta Corregedoria.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Divisão Administrativa para os devidos fins.

Após, archive-se.

Belém, data registrada no sistema.

**ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

*Corregedora Geral de Justiça*

A15



OFÍCIO CIRCULAR N° 047/2021-CGJ





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Ofício n.º 047/2021-CGJ

Belém, datado pelo sistema.

Processo nº 0001506-86.2021.2.00.0814

A (o) Senhor (a)  
Oficial (a) do Cartório de Registro de Imóveis de

Senhor (a) Oficial (a),

Cumprimentando-o (a), encaminho a Vossa Senhoria cópia do processo PJeCor nº 0001506-86.2021.2.00.0814, para conhecimento integral do expediente e cumprimento do Provimento nº 115/2021-CNJ, nos termos definidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

Desembargadora **ROSILENE MARIA DA COSTA CUNHA**  
Corregedora-Geral de Justiça

*Corregedoria-Geral de Justiça*

*Tribunal de Justiça do Estado do Pará - Av. Almirante Barroso, n° 3089 - Sala TA - 14 (Torreco) - Bairro: Souza - Belém - Pará - CEP: 66613-710 - TEL.: 3205-3535 - 3205-3524  
E-mail: [corregedoria.interior@tj.pa.gov.br](mailto:corregedoria.interior@tj.pa.gov.br)*

